



Formação de Professores e a Inclusão do Aluno Autista no Ensino Fundamental I: uma Abordagem Ética

Davi Milan

Como citar: MILAN, Davi. Formação de Professores e a Inclusão do Aluno Autista no Ensino Fundamental I: uma abordagem ética. *In:* BERETA, Thaísa Angélica Déo da Silva; BATAGLIA, Patrícia Unger Raphael (org.). **Estudos sobre a formação ética na educação básica e no ensino superior**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2023. p. 207-226.
DOI:<https://doi.org/10.36311/2023.978-65-5954-397-7.p207-226>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

9.

Formação de Professores e a Inclusão do Aluno Autista no Ensino Fundamental I: uma Abordagem Ética

Davi Milan

Introdução

Ao se tratar a respeito da inclusão do aluno autista, deve-se atentar para a formação do professor que atua com esse público específico, visto que em geral, há um desprovimento na habilitação desse profissional. Diante desta problemática, o presente capítulo, discute sobre a função do professor tendo em vistas a inclusão escolar de crianças com autismo na educação básica, na rede regular de ensino, dando importância a abordagem ética.

O transtorno do espectro autista (TEA) é ocasionado por distúrbios neurológicos e de desenvolvimento que afetam a comunicação e a interação das pessoas e seus sintomas surgem nos primeiros anos de vida. Dentre as características apresentadas pelas pessoas com TEA, podemos citar a dificuldade no relacionamento social, comportamentos restritos e repetitivos, padrões anormais de movimento e disfunção sensorial, além da dificuldade de alimentação (LEAL et al., 2015).

A pessoa com autismo apresenta vários comportamentos atípicos ao longo de sua trajetória independente do grau desse

transtorno: birra, choro, risadas inapropriadas, automutilação, falta de contato visual, impulsividade, comunicação social inapropriada e movimentos repetitivos (OLIVEIRA, et al., 2022).

A inclusão é fundamental para a construção de uma sociedade democrática. O respeito às diferenças e a igualdade de oportunidades requer movimentos de ruptura com a exclusão. A inclusão é a garantia a todos do acesso contínuo ao espaço comum na vida em sociedade, que deverá estar organizada e orientada, respeitando a diversidade humana, as diferenças individuais, promovendo igualdade de oportunidades de desenvolvimento para toda a vida (GLAT, 1995).

A função da inclusão, principalmente em âmbito escolar, é de superar as situações de exclusão, reconhecendo os direitos da diversidade e estimulando a participação social plena na sociedade. Embora a inclusão seja uma prática recente e incipiente nas nossas escolas, ela é suficiente para questionar qual a forma ética de iluminar as nossas ações na direção de uma escola para todos (MANTOAN, 2003).

Essa modalidade de educação exige um processo de transformação da escola, que passa pela formação de professores, pelo envolvimento de toda a comunidade escolar e que pode contribuir para suavizar a angústia daqueles que vivenciaram esse processo e auxilia no entendimento das diferenças entre integração e inclusão, em que o professor desempenha como principal atribuição, a mediação no processo inclusivo, promovendo uma relação de contato do aluno autista com as demais crianças da sala de aula regular, sendo responsável ainda por incluí-lo nas rotinas desenvolvidas na sala de aula.

A Inclusão do Aluno Autista e o Sistema Educacional Brasileiro

Na lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, assegura-se o direito da pessoa com deficiência à igualdade, inclusão social e cidadania. Em seu artigo 27, é reforçado o direito à educação de qualidade para esse público ao longo de toda a sua vida. Ao analisarmos o seu parágrafo único, observamos que este trata de um compromisso importante que o Estado, família, comunidade escolar, empregar uma educação à pessoa com deficiência e extirpando toda discriminação e violência.

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

I - Sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida;

II - Aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena. (BRASIL, 2015)

“A concretização das diretrizes inclusivas, entretanto, enfrenta diversos empecilhos na sua implementação”. Nas escolas no Brasil há uma certa precariedade em receber os estudantes com as suas diversas especificidades e necessidades pois além da falta de preparo dos docentes, há ainda a estrutura precária (LIMA, LAPLANE, 2016 p. 270).

A inclusão dos alunos autistas na rede regular de ensino vai muito além de estruturar os horários e adaptações curriculares, porém exige mudança de cultura, hábito e pensamentos de toda a comunidade escolar gestores, professores e corpo técnico da escola e da sociedade como um todo. “Precisa-se de mais informação por parte de todos, menos discriminação e mais articulação entre os setores (educacional, saúde, assistência social e sociedade como um todo” (MINATEL; MATISUKURA, 2015, p. 437).

Seguindo essa linha de raciocínio (SILVA, 2020, p. 17), menciona sobre a inclusão das crianças autistas na escola que é importante para o avanço intelectual e social desses alunos, pois “o transtorno ao qual estão submetidas tem várias limitações, dentre eles, o de convivência e a escola é um local propício e dar a elas essa oportunidade, nada mais é questão de dignidade e de direito”. Nessa perspectiva, havendo uma escola amparada estruturalmente e com profissionais capacitados, haverá um desenvolvimento significativo por parte desses alunos. Porém se não houver uma sistematização coerente dos conteúdos pedagógicos o ensino e aprendizado desses alunos ficará prejudicado.

De acordo com os dizeres de (TEODORO, et al, 2016, p.132) “a inclusão de fato é muito mais do que incluir o aluno autista, na sala de aula regular, pensa-se em primeiramente a efetivação da capacitação dos profissionais da educação que receberão estes alunos”. É de grande importância que os professores da escola, gestores e funcionários conheçam as especificidades de cada aluno que frequentarão a escola.

Conhecimentos básicos sobre o autismo proporcionará à comunidade escolar informações importantes para agirem com maior

tranquilidade nos eventos do dia a dia. “Pensar em estratégias de atividades a serem trabalhadas em sala de aula demanda dos educadores analisarem as propostas curriculares e adaptarem as atividades a cada vivência das crianças autistas”. (CHAVES, et. al 2014, p. 5 - 7).

Os alunos autistas têm direito a educação de qualidade, sendo este o princípio ético e básico da equidade de condições. Nesse ambiente educacional deve ser ofertado a eles, currículo adaptado, com atividades que desenvolvam o cognitivo, social e emocional, espaço arquitetônico adaptado, ofertando-lhes oportunidade de crescimento intelectual e social.

No quadro abaixo há uma relação sobre a sistematização do ensino e aprendizagem do aluno autista que são de suma importância para que ocorra de fato uma educação humanizadora, acolhedora e democrática, onde o princípio da igualdade e da oportunidade estejam ladeadas pela formação intelectual e social do indivíduo com TEA.

Quadro 1 – Sistema educacional, inclusão e a sistematização do ensino e aprendizado do aluno autista

Sistematização	Preleção	Referência
Oportunidades	Princípio da igualdade e da oportunidade de condições a todos sem discriminação	BRASIL, 1988
Isonomia	Uma sociedade que seja justa e igualitária nas suas organizações e execuções	BULOS, 2002
Educação Básica	Todos têm direito a uma educação básica e de qualidade	BRASIL, 1988

Inclusão	A escola é um ambiente de formação intelectual e social.	TEDESCO, 2005; UNESCO, 2004; GOMES; GONZALES, 2007
Adaptação da escola	Precriidade nas adaptações arquitetônicas das escolas, deve haver uma reformulação para que ocorra maior comodidade aos alunos autistas.	KHOURY, 2014
Formação de seus profissionais	Formação amena de seus profissionais para atendimento das crianças com deficiências e nesse caso específico, crianças autistas.	BRASIL, 2012
Recursos na escola	Existe uma ausência muito considerável de recursos dos alunos nas escolas, tanto no conceito humano (pessoas para trabalharem, como no conceito material, material pedagógico).	ROCHA et al., 2003; JURDI, et al., 2004; JUR-DI, AMIRALIAN, 2006
Estratégias	Ausência de estratégia para que a escola acolha os alunos com deficiência e os assista de forma eficaz.	ROCHA et al., 2003; JURDI, et al., 2004; JUR-DI, AMIRALIAN, 2006
Preconceito/ Discriminação	Alunos autistas são vistos como crianças diferentes sem capacidade de aprender, de se relacionar e de ter um envolvimento com os seus pares.	ROSA; MATSUKURA; SQUASSONI, 2019 MINATEL; MATSUKURA, 2015

Assistência	Falta de relacionamento próximo da escola e da família, falta de diálogo, acolhimento das famílias e clareza nas objeções.	FERNANDES; SARDAGNA, 2019
Desistência	A desistência dos estudos e a evasão escolar são requisitos muito latentes no contexto da educação inclusiva.	MONTOAN (2003)

Fonte: Organização do autor/2022.

Como registrado no quadro 1 são vários os fatores que desestimulam os alunos com TEA de se matricular e permanecerem nas escolas e muitos dos alunos que permanecem não se desenvolvem cognitivamente e socialmente. “A inclusão proporciona aos alunos com necessidades especiais a inclusão social e a troca entre os demais alunos da sala de aula, eliminando todo preconceito”. (PRAÇA, 2008, p. 53).

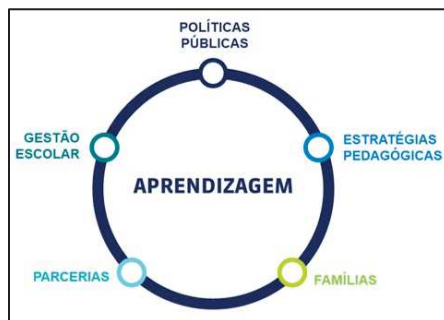
“A forma que alguns profissionais da educação comparam um aluno com espectro autista e outros ditos “normais”, prejudica muito o desenvolvimento dos alunos e perpetua a inclusão, pois cada indivíduo tem as suas peculiaridades”. (PRAÇA, 2008, p. 62).

O aprendizado, para as crianças com TEA, desenvolve-se de forma mais lenta, isso ocorre porque a manutenção do foco e da atenção no aprendizado caracteriza-se como um grande desafio, devido à dificuldade de manutenção da concentração por período de tempo prolongado. Assim sendo, se faz necessária a repetição para a assimilação (LEAR, 2004).

Autores como (ORRÚ, 2012; WHITMAN, 2015; CUNHA, 2017; SCHMIDT, 2018) esclarecem que a comunicação verbal é essencial à prática pedagógica, entretanto, a ausência dela não inviabiliza o processo de ensino e aprendizagem. Considera-se, pois, outras formas de comunicação para o estabelecimento da interação, como a comunicação alternativa, já citada anteriormente. Neste sentido, é importante um olhar diferenciado à heterogeneidade do Autismo, para cada indivíduo, considerando aspectos ligados à interação e à comunicação, pois encontramos estudantes não-verbais, verbalizados, ecolálicos ou diferentes outras dificuldades de comunicação.

Cunha (2017) pontua ainda que, em virtude da complexidade das intervenções, a demora em observar resultados, devem considerar o foco nos processos de aprendizagem e não nos resultados. Entende-se então que um acolhimento e intervenção pontuais são fundamentais para o avanço dos alunos autistas no ensino e aprendizagem.

Figura 1 – Dimensões interdependentes e inerentes da educação inclusiva



Fonte: GIMENEZ, Tácio Bueno¹

¹ <https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/>

Conforme pode ser observado na figura 1, para que haja uma educação inclusiva de fato e a aprendizagem aconteça, precisa haver parcerias importantes que auxiliem o desenvolver processos significativos na educação.

Com relação aos elementos constituintes no infográfico, podemos destacar:

a) Gestão escolar: A função dos gestores da escola é incentivar a comunidade escolar para que a inclusão na escola aconteça, incentivando os alunos, professores para essa necessidade. Também promovendo na própria instituição ou instituições parceiras momentos de capacitação. É responsável por organizar espaços e recursos para a inclusão, favorecendo uma consciência de aprendizagem nos alunos.

b) Políticas Públicas: Políticas que envolvem o Executivo, Legislativo e Judiciário em busca de uma realização plena da inclusão nos espaços escolares e afins. De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva do Brasil, os órgãos públicos devem garantir a oferta de escolarização para os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento (TGD) e altas habilidades/ superdotação na escola comum.

Além disso, devem suprir a demanda de atendimento educacional especializada (AEE) para esse público. Para tanto, é necessário prover acessibilidade em todos os níveis (da arquitetônica à comunicacional), assim como formação de educadores e funcionários, possibilitando a aprendizagem de estratégias

didáticas e pedagógicas para lidar com tais educandos (BRASIL, 2006).

c) Parcerias: As parcerias são de suma importância para que ocorra a inclusão dos alunos nos espaços da sociedade em geral. São parceiros que vêm somar nas instituições com apoio aos processos de educação inclusiva. Parcerias entre escola e instituições especializadas trazem para os alunos uma maior possibilidade de aprendizado, pois estarão trabalhando em conjunto para a efetivação da inclusão.

d) Famílias: A proximidade das famílias na vida escolar de seus filhos é um fato muito importante. A participação nos eventos, nas APMs (Associação de Pais e Mestres) da escola, enfim participando ativamente das elaborações dos documentos, bem como das atividades desenvolvidas no dia a dia da escola, sejam elas pedagógicas ou não.

e) Estratégias pedagógicas: São estratégias para que o aluno possa se desenvolver de forma efetiva e eficaz no processo de ensino e aprendizagem. Auxiliam o aluno a construir seu conhecimento a respeito de um determinado tema. (GIMENEZ, 2015).

A efetiva inclusão do aluno autista na escola acontece quando há um currículo que seja adaptado às necessidades de cada discente, com estratégias pedagógicas coerentes e com professores capacitados.

Formação do Professor e o Ensino e Aprendizagem do Aluno Autista, um Olhar Ético

Nesse tópico será dissertado sobre a formação do professor que é uma realidade urgente na perspectiva de em ensino e aprendizagem do aluno autista. Neste ínterim deve-se pensar em estratégias que atendam as demandas desses alunos e que estes de fato sejam acompanhados em suas peculiaridades e o que o direito de aprender não seja negligenciado.

Pensando em uma educação que seja acolhedora, em que o professor esteja capacitado para as intervenções necessárias com os alunos, a ética e a moral soam como um processo muito positivo no cotidiano das escolas de educação básica.

No que concerne a formação do professor nos moldes da ética e moral, Bereta (2010, p. 103) traz à luz a seguinte ideia: “Quando há preocupação com a pessoa que está ao nosso alcance, quando há empatia de sentimentos e integração, há dessa forma princípios éticos enraizados no sistema de relações”.

A autora menciona, com destreza, acerca da formação do professor e a relação com o aluno, em que a partir da existência do cuidado e da empatia nas relações, há uma margem significativa de acontecer o ensino e aprendizagem. Segundo Bereta (2020, p.89),

Moral e ética implicam reflexões, que necessitam começar desde o planejamento do Projeto Político Pedagógico da escola, e da presença nestas discussões de todos os envolvidos no sistema educacional, para que realmente haja uma construção democrática e autônoma, tão essencial para a educação moral.

Nessa linha de pensamento de formação docente Nóvoa (1992, p. 9-11) traz que a formação continuada do professor não deve ocorrer apenas no sentido de reciclagem, contudo deve haver a sua qualificação para atuar nas diversas esferas do contexto escolar, tais como: direção, coordenação, organização. “É preciso reconhecer as deficiências científicas e a pobreza conceptual dos programas actuais de formação de professores”.

Segundo os dizerem de Gatti (2017, p.726), “no campo da docência há de se formar professores críticos para que possam acompanhar a efervescência dos meios de comunicação, do mundo globalizado”. A educação tem um papel fundamental nesse cenário de aprendizagem e os professores estão inseridos nesse contexto para promover um ensino e aprendizagem sólidos para que as crianças, adolescentes e jovens vivam nesse ambiente de forma natural e modifique-o em momentos oportunos.

Não irá existir estratégica pedagógica eficiente no cotidiano escolar para o aluno com TEA, se o professor não estiver preparado pedagogicamente, se não conhecer os seus alunos em suas peculiaridades, pois se torna difícil ocorrer a inclusão. (GROSSI, et.al., 2020).

Professor preparado com intervenções corretas, agindo eticamente diante ao aprendizado do aluno e a interação do sujeito com o meio onde vive, são quesitos muito saudáveis para o desenvolvimento e crescimento intelectual e social das crianças com TEA. As crianças, através de sua relação com o meio em que vivem, desenvolvem-se sobremaneira. Até mesmo em uma brincadeira de roda, de carrinho ou boneca, estão tendo um aprendizado muito importante, inclusive observando a expressão do outro e expressando

as suas emoções. “Independentemente do que podemos perceber do mundo, elas possuem uma percepção de maneira estruturada, isto é, como um padrão de estímulos” (LEONTIEV, 2010, p.86).

Para haver estímulos aos alunos com TEA e para que a inclusão seja efetivada nas salas de aulas nas escolas é preciso algumas estratégias, que são elencadas por (OLIVEIRA, et al., 2022).

Algumas estratégias utilizadas para manter o sujeito com autismo em sala de aula são: privilegiar vínculos afetivos; utilizar linguagem objetiva; privilegiar as habilidades individuais; propor pequenas tarefas, mesmo que sejam diversas; incentivar sempre; propor atividades que estimulem o pensamento lógico; adaptar o currículo, as metodologias e o processo avaliativo; evitar atividades muito longas; utilizar jogos; explorar o cotidiano; utilizar abordagens sensoriais (visual, auditivo, cinestésico); propor atividades baseadas no interesse do aluno; utilizar o concreto e o lúdico, mesmo nos anos finais da Educação Básica.

Dentro dessa perspectiva, Santos (2016, p.18) “menciona que a razão pedagógica não pode se resumir a razão neurológica e biológica. Contudo a razão ética deve predominar dentro do contexto escolar para que a dignidade humana seja emancipada”.

No quadro abaixo há estratégias para manter a atenção do aluno autista em sala de aula, levando em consideração a dignidade humana e a democratização do ensino e aprendizagem, utilizando atividades lúdicas, jogos, linguagem objetiva, abordagens sensoriais,

adaptação de currículos, provas e avaliações, privilegiar habilidades, atividades que estimulem o pensamento lógico, dentre outras.

Quadro 2 – Estratégias para manter a atenção do aluno autista em sala de aula

Estratégias	Descrição
Linguagem objetiva	Evitar conotações e utilizar uma linguagem compreensível e direta.
Abordagens sensoriais	É muito comum que uma de suas habilidades seja mais apurada que as das outras crianças, portanto é de suma importância que os profissionais que trabalhem com estas crianças estejam atentos ao barulho excessivo, cheiro, para que o estímulo não seja prejudicado.
Adaptação de currículos, provas e avaliações	Os alunos com TEA, estão inseridos nas salas regulares juntamente com outros alunos, porém as suas atividades devem ser adaptadas de acordo com as suas realidades e possibilidades.
Privilegiar habilidades	Necessário que os profissionais que estão em contato com os alunos com TEA estejam atentos às habilidades que os autistas desenvolvem rapidamente e aguça-las.
Atividades propostas de acordo com o interesse do aluno	Interessante trabalhar com as crianças com TEA atividades com estímulos visuais e que a sala de aula esteja organizada, atividades lúdicas e sempre respeitando o tempo das crianças e observando o seu interesse e aptidão.
Jogos	Através dos jogos ministrados para as crianças com espectro autista é desenvolvido nelas as possibilidades, potencialidades e habilidades importantes para proporcionar o ensino e aprendizagem.
Evitar atividades longas	Evitar atividades longas, pois não prenderão a atenção das crianças com TEA e dessa forma não aprenderão os conteúdos ministrados e desistirão do aprendizado.
Atividades que estimulem o pensamento lógico	Lembrando que cada um tem o seu tempo, os jogos e atividades lúdicas desenvolverão o pensamento lógico, sempre pensando na conexão à vida social e afetiva do aluno.

Explorar o cotidiano	As atividades do dia a dia, são importantes serem exploradas desde a mais tenra idade. A consciência de lavar as mãos após o uso do banheiro, jogar o lixo no local adequado, são exemplos de atividades cotidianas importantes.
Propor pequenas tarefas	Explorar nos alunos pequenas tarefas diárias, sempre incentivando-os e mostrando que são capazes.
Privilegiar vínculos afetivos	Desenvolver o convívio saudável e afetivo da criança autista com os seus demais colegas. Incentivando-os e todos os seus atos mesmo que pequenos devem ser reconhecidos.

Fonte: Adaptado pelo autor da Revista Instituto Neuro Saber, 2017.

“A dignidade do ser humano torna-se possível quando os direitos são de fato concretizados e que todos independentemente de classe social, raça, etnia, deficiência, sejam respeitados e valorizados dentro de suas potencialidades”. Porém, falar em direitos humanos torna-se uma tarefa complexa, levando em consideração o sistema econômico excludente em que fazemos parte. (STRELHOW, 2012, p. 48).

Na condição de estudantes que fazem parte do sistema educacional, deve-se pensar em dignidade quando se menciona: currículo adaptado, atenção às individualidades e atividades que fazem parte do cotidiano dos estudantes e que vão oportunizar crescimento: tanto social quanto cognitivo.

Considerações Finais

Sentir-se incluído no ambiente escolar vai muito além de ter o direito de matrícula garantido por lei. É importante e necessário que a prática pedagógica da escola disponibilize ações e conteúdos que sejam facilitadores no aprendizado, de forma que estimule as

potencialidades e interesses da criança com autismo de maneira que possa ampliar o seu aprendizado.

É necessário, pois, enfatizar as pessoas autistas pelo fato de que tais sujeitos são dotados de diversas qualidades, sejam de personalidade, sentimentos, emoções, preferência, habilidades e subjetividades.

A interação social entre pais e professores é um comportamento de extrema necessidade que resulta em grandes benefícios para o processo de aprendizagem da criança com autismo, de modo que esta unidade favorece o processo educativo da criança e torna a aprendizagem eficaz e significativa, além de promover a superação das dificuldades das crianças autistas.

Nestes termos, além de acolhedora e inclusiva, é necessário que a escola seja constituída de um local de aprendizado, socialização e principalmente de constituição de bom relacionamento para todos os alunos, sem restrição.

Referências

BERETA, Thaísa Angélica Déo da Silva. **A formação ética do psicólogo: ambiente acadêmico e competência moral Q TUA.** Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidente da República, [2016].

BRASIL. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência ONU**, 2006.

CHAVES, Maria José; ABREU, Márcia Kelma de Alencar.

Currículo inclusivo: proposta de flexibilização curricular para o aprendente autista. In: III Congresso Internacional de Educação Inclusiva – III CINTEDI & a III Jornada Chilena Brasileira sobre Educação Inclusiva e Direitos Humanos, 2014.

CUNHA, Eugênio. **Autismo e inclusão psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família** - 4. Ed. Rio de Janeiro: Wak., 2017.

GATTI, B. A. Formação de professores no Brasil: características e problemas. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1355-1379, out./dez. 2010. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0101-73302010000400016&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 12 jun. 2022. DOI:10.1590/S0101-7330201000040001

GIMENEZ, Tácio Bueno. (Diagramação) Instituto Rodrigo Mendes. **Relatório de impacto. Portas abertas para a inclusão**, 2015.

GLAT, Rosana. **Educação Especial. Integração Social dos portadores de deficiência: uma reflexão**. UERJ, 1995.

GROSSIL, Márcia Gorett Ribeiro; GROSSIL, Vitor Gabriel Ribeiro; GROSSI, Breno Henrique Ribeiro. O processo de ensino e aprendizagem dos alunos com TEA nas escolas regulares: uma

revisão de teses e dissertações. **Cad. Pós-Grad. Distúrb. Desenvol.** vol.20 no.1 São Paulo jan./jun. 2020.

LEAL, M et al. **Terapia nutricional em crianças com transtorno do espectro autista.** Cadernos da Escola de Saúde, v. 1, n. 13, 2015.

LEAR, K. **Ajude-nos a aprender (Help us learn):** Um Programa de Treinamento em ABA (Análise do Comportamento Aplicada) em ritmo auto-estabelecido. Tradução: Margarida Hofmann Windholz; Marialice de Castro Vatauvuk; Inês de Souza Dias; Argemiro de Paula Garcia Filho; Ana Villela Esmeraldo. Toronto, Ontario – Canada, 2ª edição, 2004.

LEONTIEV, A. **O homem e a cultura - O Desenvolvimento do Psiquismo.** Ed. Horizonte Universitário, 2010.

LIMA, S. M.; LAPLANE, A. L. F. de. Escolarização de alunos com autismo. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 22, n. 2, p. 269-284, 2016.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **“O direito à diferença nas escolas – questões sobre a inclusão escolar de pessoas com e sem deficiências”.** In: Revista Ética e Inclusão, Campinas, n. 23, 2003.

MINATEL, M. M.; MATSUKURA, T. S. Familiares de crianças e adolescentes com autismo: percepções do contexto escolar. **Revista Educação Especial**, v. 28, n. 52, 2015.

NÓVOA, A. (Coord.). **Os professores e a sua formação.** 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

OLIVEIRA, Suely de Lemos Alves; ROBSON, Edileuza Braz Toma; SILVA, José de Moura. Práticas educativas para alunos com TEA: entre dificuldades e possibilidades. **Revista Educação Pública**, 2022.

ORRÚ, S. E. **Autismo, linguagem e educação**: interação social no cotidiano escolar. Rio de Janeiro: WAK editora, 2012.

PRAÇA, E. **Uma reflexão acerca da inclusão de aluno autista no ensino regular**. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Matemática) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora (MG), 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/3042/1/elidatamaraprataedeoliveirapraca.pdf>. Acessado dia: 26 de fevereiro de 2017.

SANTOS, Régia Vidal dos. **A escolarização de crianças com transtorno do espectro autista: uma possibilidade de emancipação**. 2016. 186f. Dissertação (Mestrado em Educação), Programa de Pós-Graduação em Gestão e Práticas Educacionais, Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2016.

SCHMITZ, Adriana Onofre et al. **Desenvolvimento de estratégias pedagógicas a partir da CARS Childhood Autism Rating Scale**-versão em português, na inclusão escolar de crianças com TEA. 2018.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa; GAIATO, Mayra Bonifácio, REVELES, Leandro Thades. **MUNDO SINGULAR Entenda o Autismo**. FONTANAR, 2012

SILVA, Wellington. **Inclusão de autistas no sistema de ensino regular**, Fortaleza, CE, 2020.

TEODORO, Grazielle Cristina; GODINHO, Maíra Cássia Santos; HACHIMINE, Aparecida Helena Ferreira. A inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista no Ensino Fundamental. **Research, Society and Development**, vol. 1, núm. 2, 2016.

TOGNETTA, L. R. P. **Violência da escola X violência na escola.** In: Anais do VIII Congresso Nacional de Educação da PUCPR – EDUCERE e o III Congresso Ibero-Americano sobre Violências nas Escolas – CIAVE. Curitiba: PUC, 2008.

WHITMAN, T. L. **O desenvolvimento do autismo:** social, cognitivo, linguístico, sensório-motor e perspectivas biológicas. São Paulo: M. Books, 2015.